

ALUNOS MATRICULADOS NA REDE ESTADUAL DE SERGIPE NO PERÍODO DE 2009 A 2014 NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Carla Fabiane dos Santos Lemos¹
Dyna Rosy Alves de Oliveira²
Weidher Batista de Oliveira³
Lisane Teixeira Dantas Menezes⁴

Educação Física



ISSN IMPRESSO 1980-1785
ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

O presente artigo aborda a Educação Especial na atual política educacional brasileira, na rede estadual de ensino do estado de Sergipe. Elegeu-se como objetivo identificar e analisar o número de alunos matriculados na rede estadual de Sergipe no período de 2009 a 2014 na educação especial, em escolas especiais, classe especial e incluídos. Justificando o período de recorte por ser após a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva do ano de 2008. Esta pesquisa se caracteriza como descritiva e documental, com abordagem qualitativa. Foi utilizada análise documental do censo escolar dos anos de 2009 a 2014. A pesquisa aconteceu na cidade de Aracaju no ano de 2015. Identificou-se um crescimento nas matrículas de alunos com deficiência no ensino regular em 2014 foi expressivo, também, em âmbito nacional conforme Censo Escolar 2014. As estatísticas apresentaram que no ano de 2014, cerca de 698.768 estudantes com deficiência estavam matriculados na educação básica em salas comuns. Com isso pode-se concluir que é devido, justificando ao período de recorte por ser após a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva do ano de 2008, que assegura a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

PALAVRAS-CHAVE

Alunos. Deficiência. Matrícula.

ABSTRACT

The present article deals with Special Education in the current Brazilian educational policy, in public schools in the state of Sergipe. Elected study was to identify and analyze the number of students enrolled in the network state of Sergipe in the period between 2009 and 2014 in special education in special schools, special classes and included. Justifying the period of crop to be after the National Policy on Special Education in Inclusive Perspective of the year 2008. This research is characterized as descriptive and documentary, with a qualitative approach. Was used documentary analysis of the school census for the years 2009 to 2014. The research took place in the city of Paris in the year 2015. It was noticed that there was a growth in matriculas to students with disabilities in regular education in 2014 was also significant at the national level as School Census 2014. The statistics showed that in the year 2014, approximately 698,768 students with disabilities were enrolled in basic education in common rooms. With this it can be concluded that it is justified because the period of crop to be after the National Policy on Special Education in Inclusive Perspective of the year 2008 that ensures the school inclusion of students with disabilities, pervasive developmental disorders and high skills/gifted

KEYWORDS

Disability, registration, students.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a Educação Especial na atual política educacional brasileira, na rede estadual de ensino do estado de Sergipe. Elegeu-se como objetivo identificar e analisar o número de alunos matriculados na rede estadual de Sergipe no período de 2009 a 2014 na educação especial, em escolas especiais, classe especial e incluídos. Justificando o período de recorte por ser após a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva do ano de 2008.

Na visão de Soler (2005), a inclusão como processo social vem acontecendo a partir de 1950 em todo o mundo e propõe um grande sistema educacional de qualidade para todos, sem exceção com deficiência ou não. Sendo assim a grande evolução ocorrida nessa fase foi a de adaptar o sistema educacional às necessidades dos alunos no âmbito escolar.

O princípio no qual a educação inclusiva foi considerada pela primeira vez como lei da Dinamarca, em 1969, e nos Estados Unidos, em 1975. Desde então, a educação inclusiva evoluiu como um movimento de desafio às políticas e

práticas segregacionista de educação e obteve ímpeto na Europa nos anos de 1990. (PACHECO, 2007, p. 15).

As políticas públicas brasileiras no âmbito da educação, principalmente a partir da década de 1990, apontam para a construção de uma escola de qualidade na qual inclui todos os alunos, sem distinção (RESENDE; LACERDA, 2005).

A atual Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) tem apontado para a necessidade de redefinição do espaço escolar, considerando a inclusão de todos no ensino regular um imperativo central e único das políticas públicas em Educação Especial (CARVALHO, 2008). Ou seja, em defesa da proposta de educação inclusiva, os estados brasileiros estão direcionados às ações educacionais para o esforço de inserção de todos os alunos num único e possível espaço, disponibilizando apoios e serviços da Educação Especial, considerada desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) como modalidade de ensino e não mais um tipo específico de atendimento paralelo ao ensino regular.

Essa produção científica na área da educação tem como justificativa o fato de que a inclusão social é um processo que favorece o respeito, a aceitação e o relacionamento mútuo entre as pessoas (SOLER, 2005). A investigação no ato da inclusão nas escolas consiste em um assunto importante na área educacional em geral, por enfatizar o quantitativo de alunos especiais nas escolas do estado de Sergipe durante o período de 2009 a 2014.

Esta pesquisa se caracteriza como descritiva e documental, com abordagem qualitativa. Foi utilizada análise documental do censo escolar dos anos de 2009 a 2014. Foi analisado o número de alunos da educação especial matriculados na rede de ensino estadual de todo o estado de Sergipe, obtidos pelos dados do Censo Escolar da Educação Básica do INEP. A pesquisa aconteceu na cidade de Aracaju no ano de 2015.

2 HISTORIANDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A educação inclusiva se originou em 1975 nos Estados Unidos, sendo determinada pela Lei de nº 94.142/75, contudo, a mesma adquiriu um forte impulso no Brasil somente nos anos 1990. Em 1994 foi finalmente oficializado o termo inclusão no campo educacional, passando a ser chamada de educação para todos (SOLER, 2005).

Conforme Mendes, Rodrigues; Capellini (2003), a inclusão trata-se de uma ação transformadora realizada pela própria sociedade, a qual visa à concretização da conquista da cidadania para todos, o estabelecimento do respeito e da compreensão para com a diversidade, e assim, o reconhecimento político e social das diferenças. Deste

modo, a inclusão social promove a batalha por um espaço na sociedade, condição a qual não apenas as pessoas com necessidades especiais, mas também todos os que são excluídos pela sociedade.

Na educação a inclusão é um processo que exige valores democráticos, favorecedores da participação social global de todos em qualquer espaço humano, sendo algo que abrange não apenas a aceitação e a inserção dos portadores de necessidades especiais no sistema educacional regular (SILVA; SALGADO, 2005).

Os outros autores como Glat; Ferreira (2003) complementam esta afirmativa, dizendo que uma escola inclusiva é aquela que objetiva educar a diversidade em salas de aula regulares. Significando, pois, a aplicação da educação para todos os alunos independente de diferenças de raça, de capacidade, de gênero, de ser (o aluno) um portador de necessidades especiais.

Seguindo a mesma linha de Silva; Salgado (2005), Soler (2005) afirma que a inclusão na educação é um processo que visa não somente a inserção das pessoas com necessidades especiais na escola regular, mas também fundamentalmente das diferenças de modo global. Uma vez que cada ser humano é único, e os direitos são iguais para todos, sendo a instituição regular a primeira para todos.

De acordo com os estudos de Glat e Ferreira (2003, p. 35):

Os atuais desafios da Educação Inclusiva brasileira concentram-se na necessidade de desenvolver instrumentos de monitoramento sistemáticos (indicadores dos programas implantados), realização de pesquisas qualitativas e quantitativas que possam evidenciar os resultados dos programas implantados e identificação de experiências de sucesso; implantação de programas de capacitação de recursos humanos que incluam a formação de professores dentro da realidade das escolas e na sala de aula regular do sistema de ensino.

Pode-se perceber, portanto, que a inclusão social na escola se trata de um trabalho por parte da instituição em inserir sem exceção todos na vida estudantil ou contexto escolar. Tratando-se, pois, do esforço da mesma pela valorização das diferenças.

Todas as crianças conseguem aprender; todas as crianças frequentam classes regulares adequadas à sua idade em suas escolas locais, [...] recebem programas educativos adequados, [...] recebem um currículo relevante às suas necessidades, [...] participam de atividades co-curriculares e extracurriculares, [e] beneficiam-se da cooperação e da

colaboração entre seus lares, sua escola e sua comunidade.
(BRUNSWICK, 1994 APUD PACHECO, 2007, p. 14).

Esses atores como Brunswick (1994) e Pacheco (2007) apontam, também, para o fomento de formas de participação das comunidades escolares na construção dos planos estratégicos de ação para tornar as suas escolas mais inclusivas, valorizando e utilizando os recursos já existentes, levando-se em conta as particularidades contextuais e locais.

Entende-se que suprir as necessidades educacionais especiais de pessoas com deficiência, não é uma opção, ou seja, é direito legal de respeitar a vida em suas múltiplas formas e variantes. O indivíduo que apresenta essa condição pode e deve receber uma educação de qualidade que possibilite ao mesmo uma convivência digna com todos no âmbito escolar.

3 LEGISLAÇÃO/POLÍTICAS PÚBLICAS

A década de 1990 foi um período de reformas no Brasil nas diversas áreas, dentre elas a educacional em todos os seus âmbitos. A conjuntura política naquele período tinha como princípio para educação e a educação especial a democracia, a liberdade e o respeito à dignidade. E o princípio da integração apresentava-se como organizador da política para a educação especial. Em 1994 o destaque foi para a promulgação da Declaração de Salamanca que em seu texto substituiu o fundamento integracionista pelo inclusivista (GARCIA; MICHELS, 2011).

A Declaração de Salamanca (1994) coloca que conceito de inclusão é um desafio para educação na medida em que institui o direito à educação seja para todos e não apenas para os que apresentam necessidades educacionais especiais, como destacado abaixo:

[...]escolasdevemacolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. [...] (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 3).

Dando sequência às reformas políticas educacionais o Conselho Nacional de Educação (CNE) promulgou a resolução que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Este documento passou a regulamentar os artigos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, que estabelecia a Educação Especial como modalidade educacional, o atendimento especializado aos alunos

com necessidades especiais na rede pública de ensino desde a educação infantil, ou entre zero e seis anos (GARCIA; MICHELS, 2011).

Art. 58º Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, p. 21).

O Artigo 9º a Resolução do CNE/CBE 2/2001 colocou a educação de indivíduos com necessidades especiais na escola regular, eliminou o termo preferencialmente e acrescentou o extraordinariamente, onde os alunos com necessidades especiais poderão ser atendidos em classes ou escolas especiais. Passando inclusive por avaliações pedagógicas para saber se estes alunos estão em condição de retornarem as classes comuns.

Art. 9º As escolas podem criar, extraordinariamente, classes especiais, cuja organização fundamente-se no Capítulo II da LDBEN, nas diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica, bem como nos referenciais e parâmetros curriculares nacionais, para atendimento, em caráter transitório, a alunos que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou condições de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos e demandem ajudas e apoios intensos e contínuos.

§ 1º Nas classes especiais, o professor deve desenvolver o currículo, mediante adaptações, e, quando necessário, atividades da vida autônoma e social no turno inverso.

§ 2º A partir do desenvolvimento apresentado pelo aluno e das condições para o atendimento inclusivo, a equipe pedagógica da escola e a família devem decidir conjuntamente, com base em avaliação pedagógica, quanto ao seu retorno à classe comum. (CNE/CEB 2/2001).

É de sua importância destacar a Resolução CNE/CEB 2/2001, por normatizar as questões no campo da Educação Especial que se encontrava no centro das dis-

cussões internacionais. E apesar de utilizar a nomenclatura Alunos com Necessidades Especiais, abrangem todos os indivíduos que apresentam dificuldade de aprendizagem, deficiências, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento (BRASIL, 2008).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva do ano de 2008 que tem como objetivo:

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008 [on-line]).

Essa política nacional de educação especial durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) adquiriu novo formato mediante três programas de governo direcionados para a Educação Básica e um para Educação Superior. Foram eles o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; o Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade e o Programa Incluir. Todos estes programas contribuíram para expansão dos embasamentos inclusivos na política de Educação Especial no Brasil e que foram mantidos no governo Dilma Roussef (GARCIA; MICHELS, 2011).

Conforme Miranda (2008), na atualidade todos os documentos referentes à educação dos sujeitos com deficiência, o exemplo da inclusão é a direção e o entendimento segregado e aceito como alternativa que precisa ser evitada. Embora prevaleça de orientações inclusivistas, permanece a preocupação do quanto o guia norteador torne-se realidade; uma vez que sabemos que tais indivíduos mesmo matriculados nas escolas regulares, não configura em qualidade de seu aprendizado como orienta as políticas públicas da educação especial.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa se caracteriza como descritiva e documental, com abordagem qualitativa. A pesquisa descritiva delinea fenômenos ou constitui relação entre va-

riáveis. Os métodos de pesquisa buscam observar, registrar, analisar e interpretar os fenômenos (RODRIGUES, 2010). A pesquisa documental é definida como aquela que busca informações em documentos que não receberam tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação. Na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico (OLIVEIRA, 2007, p. 69-70).

3.2 POPULAÇÃO/AMOSTRA

Alunos matriculados na rede estadual de Sergipe no período de 2009 a 2014 na educação especial em escolas especiais, classe especial e incluídos.

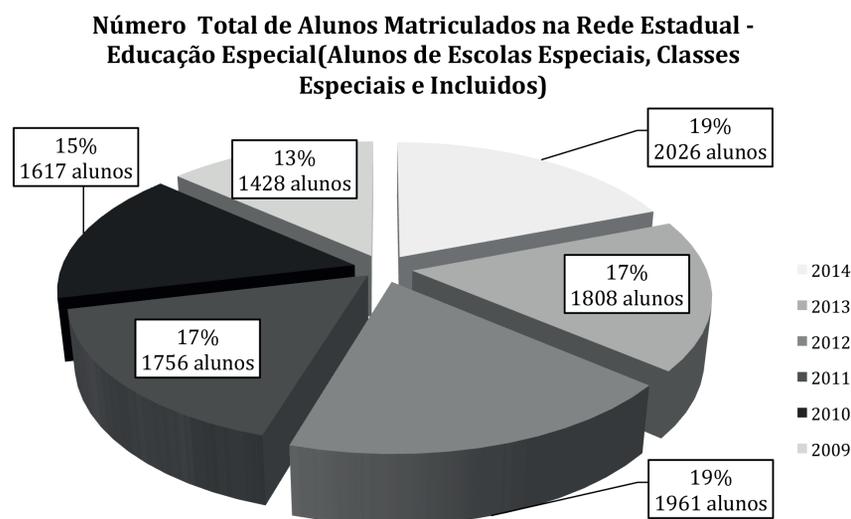
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Foi utilizada análise documental do censo escolar dos anos de 2009 a 2014. Foi analisado o número de alunos da educação especial matriculados na rede de ensino estadual de todo o estado de Sergipe, obtidos pelos dados do Censo Escolar da Educação Básica do INEP. A pesquisa aconteceu na cidade de Aracaju no ano de 2015.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir serão exibidos os resultados dos dados estatísticos do número de alunos da educação especial matriculados na rede de ensino de Sergipe dos anos de 2009 a 2014 e seu crescimento gradativo nos respectivos anos.

Figura 1 – Número total de alunos matriculados na rede estadual-educação especial



Fonte: Dados adaptados dos resultados do censo escolar de 2009 a 2014.

Os percentuais acima apresentam um crescimento relativamente baixo principalmente no ano de 2009, comparado com os percentuais da região nordeste neste mesmo ano que foi de 19,8% de acordo com Censo (2009). O percentual observado no ano citado acima nas matrículas em classes especiais foi de 13%, enquanto que em 2010 esse número subiu para 15% alcançando cerca de 1.617 alunos nas escolas e classes especiais e incluídos.

Nos anos de 2011 e 2012, os matriculados foram de 17% e 19%, assumindo considerável de crescimento no quantitativo de alunos especiais. E um ano depois em 2013 este percentual voltou a apresentar uma queda alcançando o 17% das matrículas como em 2011, havendo um retrocesso. Em 2014 ocorreu um aumento que ultrapassou as matrículas do ano anterior, ou seja, cerca 2.026 alunos foram matriculados em Sergipe na Educação Especial.

Este crescimento nas matrículas para educação especial no ensino regular em 2014 foi expressivo, também, em âmbito nacional conforme Censo Escolar 2014. As estatísticas apresentaram que no ano de 2014, cerca de 698.768 estudantes com deficiência estavam matriculados na educação básica em salas comuns. A Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação acrescenta, ainda, que se considerarem exclusivamente as escolas públicas, a percentagem de inclusão aumenta para 93% em classes comuns.

Foi registrado Ploennes (2012, [n.p]) que na última década,

[...] o país registrou uma evolução significativa na política de inclusão das crianças com deficiência em escolas de ensino regular. Entre 1998 e 2010, o aumento no número de alunos especiais matriculados em escolas comuns foi de 1.000%. Em 1998, dos 337,3 mil alunos contabilizados em educação especial, apenas 43,9 mil (ou 13%) estavam matriculados em escolas regulares ou classes comuns. Em 2010, dos 702,6 mil estudantes na mesma condição, 484,3 mil (ou 69%) frequentavam a escola regular. Em contrapartida, o percentual de estudantes matriculados em escolas especializadas e classes especiais caiu no período. Se, em 1998, 87% (o equivalente a 293,4 mil) se enquadravam nesse perfil, a taxa foi reduzida a 31% (o que corresponde a 218,2 mil) do universo total de 2010.

5 CONCLUSÃO

O objetivo do estudo foi alcançado, identificando o número de alunos matriculados na rede estadual de Sergipe no período de 2009 a 2014 na educação especial, em escolas especiais, classe especial e incluídos. Observando-se um crescimento nas

matriculas para educação especial no ensino regular em 2014 foi expressivo, também, em âmbito nacional conforme Censo Escolar 2014. As estatísticas apresentaram que no ano de 2014, cerca de 698.768 estudantes com deficiência estavam matriculados na educação básica em salas comuns.

Com isso pode-se concluir que é devido ao período de recorte por ser após a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva do ano de 2008 que assegura a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Por fim, este trabalho enfatizou a necessidade da inclusão dos alunos especiais na escola, considerando que esta integração contribui para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, motor, social e cultural destes estudantes. Este processo de inclusão sofreu uma variação dentro sistema educacional do estado de Sergipe.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Sancionada, em 12 de dezembro de 1996, pela Presidência da República Federativa do Brasil. 134p.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n.2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília, 2001.

BRASIL. **Decreto 6.571/2008** que institui o atendimento educacional especializado. Brasília, 2008.

BRASIL. **Somos Iguais a vocês**: depoimentos de mulheres com deficiência mental. Rio de Janeiro: Agir.

BRASIL. **A integração social do portador de deficiência**: uma reflexão. Rio de Janeiro: Sette. Letras, 1995.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília-DF: CORDE, 1994.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, janeiro de 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: maio 2014.

CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2008.

CONSELHO Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, 1989. p.39-40.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: maio 2014.

FERREIRA, J. R. e GLAT, R. **Reformas educacionais pós-LDB**: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. In: SOUZA, D. B. & FARIA, L. C. M. (Org.). Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós -LDB, Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.372-390.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 - educação especial da ANPED. **Rev. bras. educ. espec.** v.17, n. espe1. Marília, maio-ago. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382011000400009>>. Acesso em: 8 jul. 2015.

GLAT, R. **Um enfoque educacional para a educação especial**. Fórum Educacional, v.9, n.1, 1985. p.88-100.

MENDES, Enicéia G.; RODRIGUES, Olga Maria P. R.; CAPELLINI, Vera Lúcia M. F. O que a comunidade quer saber sobre educação inclusiva. **Revista brasileira de educação e esporte**, jul-dez. 2003.

MIRANDA, A. A. B. Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico. **Caderno de História da Educação**, n.7, 2008.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PLOENNES, Camila. O impasse da inclusão. **Revista de Educação/Educação inclusiva**. n.177, janeiro/2012. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/177/o-impasse-da-inclusaomudanca-na-meta-4-do-plano-nacional-243674-1.asp>>. Acesso em: 8 jul. 2015.

RESENDE, A. A. C; LACERDA, C. B. F. Mapeamento de alunos surdos matriculados na rede de ensino pública de um município de médio porte do Estado de São Paulo: dissonâncias. **Rev. bras. educ. espec.**, v.19, set. 2013.

RODRIGUES, Auro de Jesus; GONÇALVES, Hortência de Abreu; MENESES, Maria Balbina de Carvalho; NASCIMENTO, Maria de Fátima. **Metodologia científica**. 3.ed. rev. e ampl., Aracaju: UNIT, 2010.

SILVA, Kátia Regina Xavier; SALGADO, Simone da Silva. Construindo culturas de inclusão nas aulas de educação física numa perspectiva humanista. **Revista arquivos em movimento**. Rio de Janeiro, janeiro-julho 2005.

SOLER, Reinaldo. **Educação física inclusiva na escola**: em busca de uma escola plural. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

Data do recebimento: 26 de janeiro de 2016

Data da avaliação: 27 de janeiro de 2016

Data de aceite: 29 de janeiro de 2016

-
1. Acadêmica do Curso de Educação Física da Universidade Tiradentes. Atualmente Monitora de Cineantropometria da Universidade Tiradentes. Membro LABIMH/UNIT/CNPq.
 2. Acadêmica do Curso de Educação Física da Universidade Tiradentes. Membro do Laboratório de Biociências da Motricidade Humana – LABIMH/UNIT/CNPq.
 3. Acadêmico do Curso de Educação Física da Universidade Tiradentes. Membro LEPEFE/UNIT/CNPq.
 4. Mestre em Educação – UFPB. Docente na UNIT, Aracaju, Sergipe. Membro LEPEFE/UNIT/CNPq. E-mail: lisane_teixeira@unit.br